

**A FORMAÇÃO
DOS PROFESSORES DE LETRAS E LITERATURAS:
ESTUDOS SOBRE LITERATURAS AFRICANAS
E AFRO-BRASILEIRAS**

Débora de Souza França (UERJ)
dbrdszfrn@gmail.com

Cristina da Conceição Silva (UERJ/UCAM/UNIGRANRIO)
cristinavento24@yahoo.com.br

Patrícia Luisa Nogueira Rangel (UNIGRANRIO)
rangelluisa@ig.com.br

RESUMO

O presente artigo visa abordar aspectos que compreendem a formação do professor de letras e literatura, no que se refere aos estudos sobre literaturas africanas e afro-brasileiras e as dificuldades da implementação da Lei 10639/03, tendo em vista a ausência de disciplinas que considerem a temática em questão nos cursos de licenciatura plena. Neste contexto, apresentaremos o objetivo do Projeto “A Cor da Cultura”, que visa alcançar a disseminação das culturas africanas e afro-brasileiras, através das redes de ensino do território brasileiro na preparação de material didático voltado à temática étnico racial. Além de apontarmos como alguns países africanos, a exemplo de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, fizeram da literatura um instrumento de preservação da identidade desses povos. Outrossim, traremos à tona a importância da figura dos mais velhos os “griots” nestas comunidades, que entendem que a tradição oralizada é necessária e de suma importância para estabelecer uma relação entre o moderno e o antigo.

Palavras-chaves: Professor. Lei 10639/03. A Cor da Cultura. Griots

1. Introdução

O presente artigo busca abordar as dificuldades e desafios referentes à formação do docente de letras e literatura para trabalhar a temática africana e afro-brasileira em sala de aula. Cabe ao professor envolver-se

seriamente com as questões étnico-raciais, transformando-se em uma importante ferramenta na luta contra a discriminação e o racismo.

Salientaremos aspectos que envolvem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro nas escolas brasileiras, conforme aponta a Lei 10639/03, bem como a elaboração do currículo escolar brasileiro que atende as expectativas políticas. Neste contexto, em que o currículo apresenta tendências políticas, traremos à tona o Projeto “A Cor da Cultura”, que visa valorizar as culturas africanas e afro-brasileiras. O projeto em pauta, também tem como meta desenvolver material didático sobre a temática africana e afro-brasileira em conformidade com a Lei antes citada.

Relataremos também a importância da literatura na construção da identidade do negro africano, bem como da relevância da oralidade dos “griots” na manutenção das histórias míticas e lendárias dos povos do continente africano.

Assim sendo, buscaremos mostrar que a literatura para os negros africanos foi um instrumento utilizado para garantir a identidade nacional desses povos.

2. *Implantação de literaturas afro nos cursos de licenciatura plena de letras e literatura*

Segundo Cruz (2005), uma preocupação que deve estar presente na prática docente em relação ao ensino de história e cultura afro é o de não reproduzir a ideia de inferioridade dos negros que paira na sociedade e que se perpetua por tanto tempo. A educação em si, configura uma oportunidade de conhecimento de outras culturas e, a partir deste conhecimento, a valorização do diferente.

Cruz (2005) salienta também que embora haja a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro nas escolas de ensino básico, na prática, a realidade é outra, e as maiorias dos professores não trabalham a temática. Muitas vezes, por falta de conhecimento sobre assunto.

O autor ainda afirma que há equipes de formação em algumas secretarias de educação que desconhecem o conteúdo das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* e que tais faltas de conhecimento acerca da temática dificultam a disseminação da Lei 10639/03.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As dificuldades não param por aí, por vezes identificamos no interior da sala de aula, a relutância dos professores em admitir a existência do racismo, o que é confirmado em sua prática de inferiorização do negro de forma consciente ou não.

No que se refere à implantação e implementação da literatura africana nos cursos de letras do Rio de Janeiro, embora a Universidade Federal do Rio de Janeiro tenha sido pioneira nos estudos literários africanos, tendo implementado, em 1993, disciplinas de literatura africanas na graduação e oferecendo, desde 1996, o curso de especialização em literatura africana na Faculdade de Letras, apenas em novembro de 2007 foi criada, durante o III Encontro de Literatura Africana na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Associação Brasileira de Estudos Africanos.

Entretanto, todas as instituições de ensino superior que oferecem o curso de letras devem adequar seus currículos para a preparação dos profissionais de educação em conformidade com a Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino de história e de cultura afro-brasileira e africana.

Para Galves (2006), as características que unem linguisticamente os povos africanos e brasileiros são encontradas em maior profusão na literatura, em que se observa o uso da linguagem coloquial, sobretudo na fala das personagens, de forma que as colônias de Portugal passam a ter uma nova abordagem linguística no idioma falado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana afirmam que “A obrigatoriedade de inclusão de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores”. (BRASIL, 2004, p. 17)

A escolha do currículo possui uma motivação política e que se constitui em uma ferramenta importante e fundamental para a inserção de valores no ambiente escolar e de desmistificação de pensamentos ultrapassados e preconceituosos. Portanto, é imprescindível a presença dos elementos culturais de origem africana no currículo e sua escolha deve ser feita de forma a enriquecer o cotidiano e aprendizagem do aluno negro e não negro, de forma a estreitar laços e colaborar para a propagação do respeito.

Neste sentido, no contexto educacional brasileiro, temos projetos, literaturas infantis e literaturas clássicas que podem ser instrumentos de valorização da cultura afro-brasileira. E tais instrumentos podem ser utilizados nos currículos educacionais, desde a educação infantil até o ensino superior, de forma a fazer valer o que preconiza a Lei 10639/03.

3. *Brasilidade no Projeto “A Cor da Cultura”*

O Projeto “A Cor da Cultura” foi criado em 2004 e tem por objetivo a valorização da cultura afro-brasileira na preparação de material didático voltado à temática étnico-racial. O mesmo foi elaborado a partir das parcerias entre o Canal Futura, a Petrobras, o CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), a TV Globo e a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

Tais parcerias têm como finalidade nortear o trabalho realizado, no intuito de reconhecimento e produção do material didático que aborde a cultura afro. Este material é considerado como marco conceitual no que se refere à disseminação da cultura afro-brasileira.

Segundo Sant’Anna (2005), a necessidade de questionar as relações étnico-raciais, baseadas em preconceitos que desqualifica a figura do negro e que valoriza estereótipos depreciativos frente aos grupos étnicos de origem africana, necessita ser abordado nos espaços escolares. Além de trazer em pauta as palavras e atitudes que, de forma velada ou explícita, expressam sentimentos de superioridade em relação ao negro. Estas atitudes revelam um pensamento característico de sociedades hierárquicas e desiguais, e que devem ser pensadas na luta a favor da igualdade racial.

Outro ponto a ser pensado, aponta Sant’Anna (2005), é a valorização, divulgação e respeito dos processos históricos referentes à resistência negra, que foram vivenciados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, partindo das formas individuais até as coletivas. Além disso, deve-se salientar a exigência da valorização e do respeito em relação às pessoas negras, bem como à sua origem, sua cultura e história. Buscando, a partir disso, compreender suas lutas e valores, de forma a se colocar no lugar do outro para que possamos ser sensíveis ao seu sofrimento.

Assim sendo, deve-se evitar qualquer forma de desqualificação, ridicularização e menosprezo por conta da origem, cor da pele, textura

capilar, religião, dentre outras características apresentada pelos afro-brasileiros.

Sant’Anna (2005) observa que um ponto que chama atenção no teor do Projeto “A Cor da Cultura” é a crítica acerca da tendência de se perceber a cultura africana e afro-brasileira de forma folclorizada e romantizada. Esta tendência, atrelada a um racismo velado, desqualifica a identidade cultural do negro.

O Projeto “A Cor da Cultura”, relata Sant’Anna (2005), possui dois grandes componentes para o seu desenvolvimento nos espaços escolares: a produção do material audiovisual e a formação dos professores. O intuito do projeto é o de sanar e superar a fragmentação do conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

O projeto em questão aponta que a formação da cultura brasileira recebeu contribuição dos bantos, dos sudaneses e dos sudaneses islamizados, o que assegura esta fragmentação quando falamos de cultura afro-brasileira. Explica que os bantos são compostos por “angolas”, “congos”, “cambindas”, “bengelas” – oriundos das regiões de Angola e Congo – e “moçambique” da região de Moçambique.

Quanto aos sudaneses, esses englobam “iorubas” (nagôs) – oriundos da Nigéria; os “damenanos” (jejês) – oriundos do Daomé, atual Benin; os “fanto-axantis” (minas) – oriundos da Costa do Ouro, atual Gana. E entre os sudaneses islamizados destacam-se “hauças” – oriundos da região norte da Nigéria; os “peuls” (fulas) – oriundos da região norte da África, abrangendo das costas atlânticas ao lago Tchad e incluindo a região da Guiné Bissau; os “mandingas” (mali) – oriundos das regiões acima da Serra Leoa; e os “tapas” (nupê), também da região norte da Nigéria. Cada um destes grupos possuía características culturais próprias e distintas e trouxe suas culturas para o Brasil, através do processo de escravidão, fato que provocou a diáspora brasileira.

Segundo Sant’Anna (2005), outra preocupação dos intelectuais, que abordam a negritude, é o de estabelecer cinco áreas temáticas para concentrar suas observações e críticas acerca do preconceito. E nesta conjuntura, são abordados os temas: educação, meios de comunicação, trabalho, direitos humanos e organização social.

No que tange a educação, o Projeto “A Cor da Cultura” dá maior ênfase a esta temática, destacando as dimensões relacionadas ao acesso, a permanência e o conteúdo para ampliar o horizonte dos discentes. O pro-

jeto indica que a Lei 10.639/03 se revela como uma resposta às reflexões dos pesquisadores e ativistas das casas negras em relação à formação e educação dos brasileiros.

Em suma, o Projeto “A Cor da Cultura” é um projeto que valoriza e dissemina conhecimentos sobre a cultura afro, mas que, sobretudo, abrange a cultura brasileira, pois busca refletir a construção desta cultura a partir da participação de todos os seus sujeitos sociais.

4. *A literatura sob ponto de vista africano*

Segundo Secco (2000), nos espaços geográficos que compreendem Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo-verde e São Tomé e Príncipe, a influência da literatura brasileira tem sido difundida através de literaturas, seriados e telenovelas de adaptação literária e de grande aceitação por parte da população.

Os aspectos do romantismo brasileiro, como o nacionalismo se encontram presentes em poesias africanas, bem como características do modernismo do Brasil. Percebe-se que existe uma real identificação entre estes povos que sofreram o processo de colonização por parte dos portugueses e que, em momentos plurais, dialogam do ponto de vista literário.

A literatura, presente nestes países, revelou-se como uma grande força motriz no processo de luta pela independência nacional, tendo em vista que estes escritos literários provocaram, nestas populações dos continentes americano e africano, sentimentos e anseios ideológicos comuns, em virtude da relação da vigilância que os africanos e afro-brasileiros foram submetidos durante séculos. As Diretrizes Curriculares Nacionais e A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana asseguram que:

Precisa o Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes sejam garantidos o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. (BRASIL, 2006, p. 18).

De acordo com Bâ (1993), a palavra é muito importante na tradição africana. Antes a palavra falada constituía e preservava a literatura oral. Hoje a palavra escrita contribui para a literatura criada e pensada nos idiomas dos colonizadores do continente africano. Embora seja de grande relevância a produção literária moderna na África, vamos nos ater

à literatura oralizada e que tanto ressaltou a figura do “griot”, contador de histórias, escolhido desde a infância para conhecer toda a história de seu povo e outras histórias que pudessem ser transmitidas aos outros. Era uma figura muito importante, pois, quando contava histórias em uma aldeia, todos se reuniam ao seu redor.

Kabwasa (1982, p. 20) observa que a velhice é também uma fase da vida bastante valorizada pelos africanos. Eles acreditavam que “a velhice é uma etapa da existência humana a que todos aspiram, pois a crença na sobrevivência, na continuidade da vida e no culto dos antepassados privilegia os anciãos, que são o vínculo entre os vivos e os mortos. Portanto, um “griot” idoso, que teve uma vida inteira para aprender as histórias, é visto como uma verdadeira biblioteca.

Amandou Hampâtê Bâ, escritor, historiador e filósofo malês, é um grande nome, quando falamos sobre a tradição oral africana. Ele considera a palavra “kuma” como o próprio instrumento de criação. O escritor assegura que “uma vez que a palavra é a exteriorização das vibrações das forças, toda manifestação de força, não importa em que forma, será considerada sua palavra. Por isso no universo tudo fala, tudo é palavra que tomou corpo e forma”. (BÂ, 1993, p. 16)

Bâ (1993) compara o trabalho de Maa Ngala (o deus criador) em sua criação do universo com o trabalho dos artesãos, principalmente do ferreiro – “Senhor do Fogo” e uma mítica figura para os africanos. Essa figura, constituindo-se em uma espécie de mago – ambos, tanto o artesão quanto Maa Ngala, utilizam a palavra em seu processo de criação.

Apesar da valorização da tradição oralizada ser tão necessária, é de suma importância que se consiga estabelecer uma relação entre o moderno e o antigo. A aceitação do novo, no caso da tradição africana, a aceitação da escrita, não deve ser vista como uma forma de esquecer suas raízes, mas de lançar mão de mais um instrumento de auxílio na perpetuação e disseminação de sua literatura. Mia Couto (2005), escritor moçambicano afirma:

Defensores da pureza africana multiplicam esforços para encontrar essa essência. Alguns vão garimpando no passado. Outros tentam localizar o autenticamente africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. Essa visão restrita e restritiva do que é genuíno é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida em África. A literatura está ao lado da modernidade. E nós perdemos “identidade” se atravessarmos a fronteira do tradicional: é isso que diz os

preconceitos dos caçadores da virgindade étnica e racial. (MIA COUTO, 2005, p. 45)

Logo, podemos observar, nestes apontamentos, as inúmeras possibilidades de análise no contexto que envolve o universo das palavras. Assim sendo, beber das fontes de africanidade não é algo que se consegue apenas no âmbito da pesquisa científica, pode ser também isso, porém, compreendemos que vai além do aspecto científico. É especialmente, reeducar-se para redimensionar valores, reconhecer e assimilar novas concepções de vida, de práticas solidárias, de jeitos de estar no mundo, de modos de gestar, explicar e dirigir a vida.

A partir da Lei 10.639/03, têm ocorrido esforços no sentido de adequar o currículo da educação básica, a fim de promover a valorização e conhecimento do negro, sua história e cultura. Sabemos, entretanto, que a implementação de políticas de igualdade racial não se dá de forma imediata, sem que haja uma mobilização para a erradicação do racismo em seus diversos contextos sociais, inclusive na escola.

O preparo de professores e a disponibilização de materiais didáticos voltados à temática são de suma importância para este processo. Pouco a pouco, os programas como “A Cor da Cultura” têm influenciado e transformado o quadro de estagnação que vivemos ao se tratar de conhecimento sobre nossas origens africanas.

No Projeto “A Cor da Cultura”, podemos encontrar muitas personagens e momentos históricos do negro no Brasil, que poderiam ser abordados em sala de aula, restaurando a autoestima dos alunos afrodescendentes. Heróis e figuras da historiografia afro-brasileira, que fizeram história, são retratados de formas diferentes, com pouca atenção aos seus feitos ou, muitas vezes, nem são retratados nas aulas. A ênfase na história do negro, infelizmente, recai sobre o período da escravidão, o que ajuda a reforçar a imagem do negro subjugado e inferior na sociedade.

Com a Lei 10.639/03, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira passou a ser obrigatório. Entretanto, infelizmente, observamos políticas que preenchem o currículo sem dar a devida atenção a esta questão no espaço escola.

A promoção de comemorações nos dias 13 de maio e 20 de novembro não asseguram um efetivo debate sobre a importância da consciência negra. Para isso, é necessário que seu conteúdo seja trabalhado ao longo de todo um ano letivo e de diferentes formas. O conteúdo de histó-

ria e cultura afro pode ser trabalhado sobre o prisma de diferentes matérias, promovendo uma interdisciplinaridade muito interessante a todos.

Ao utilizarmos o material do Projeto “A Cor da Cultura”, entre outros materiais como histórias africanas, contos orais de nosso folclore e acervo literário, que hoje é disponibilizado para tratar do tema da negritude entre os alunos do ensino fundamental e da educação infantil e séries iniciais, abrimos uma porta para um novo olhar sobre a questão do racismo. Promovemos a desmistificação da imagem do negro como marginal. Desta forma, tanto podemos aumentar a autoestima e a capacidade da criança negra de se perceber como agente construtor de sua cultura e identidade, como, também, formar em nosso aluno não-negro um senso crítico e capacidade de lidar com as diferenças.

Outra questão para qual este trabalho chama a atenção, é quanto à formação do professor, que terá contato com o aluno de diferentes origens e vivências. Origens tais, de cunho social, econômico, religioso, cultural, etc. que acabarão por interagir com o currículo escolar e influenciar no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se do currículo oculto que, embora não percebido tão facilmente, age de forma categórica e precisa em sala de aula, mesmo para a perpetuação ou erradicação do racismo.

É um trabalho árduo a desmistificação de um pré-conceito. Nas palavras de Albert Einstein, “Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”. Entretanto não podemos esmorecer, é apenas o começo. Afinal de contas, a escravidão no Brasil foi abolida a pouco mais de um século, sem contar a falta de apoio e infraestrutura para o amparo desse ex-escravo, o que acarreta em problemas sociais e morais dos quais os negros carregam até hoje, entre eles, o estigma do racismo.

É com base nas perspectivas abordadas neste trabalho que compreendemos a suma importância da temática apresentada para que possamos travar uma discussão nos espaços acadêmicos, especialmente nos cursos de formação e professores, acerca das questões étnicas de cunho afrodescendente. Assim sendo, compreendemos que pesquisas desta natureza venham contribuir com aspectos que compreendem a Lei 10639/03.

5. *Considerações finais*

No que se refere a discussões acerca da diversidade, entendemos que os espaços educacionais são onde se dissemina novos conceitos e desmistifica preconceitos, sejam eles de cunho de gênero, étnico, cultural ou social.

Logo, o que pretendemos mostrar com as abordagens deste artigo é que os profissionais de educação, através dos espaços acadêmicos, têm um papel fundamental na inclusão das culturas dos grupos menos favorecidos. Outrossim, que tais aspectos podem se dar através de literaturas produzidas por aqueles que vivenciam ou vivenciaram influências eurocêntricas. Essas influências negaram a existência das produções sociais, culturais e históricas das massas afrodescendentes e africanas nos continentes africanos e americanos.

Neste sentido, evidenciamos as contribuições da oralidade dos povos africanos e do Projeto “A Cor da Cultura”, que busca ressaltar a cultura afro-brasileira através de literaturas e que mostram esses povos excluídos como produtores de cultura para a nação brasileira através de escritos literários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 39-58.

_____. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. *Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003*.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ética e pluralidade cultural. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. *Alfabetização e diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. História e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10-2013.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

COSTA, da Gláucia Glivian Erbs. *Aonde se esconde o currículo oculto? Dispositivos e rituais que silenciam vozes no currículo escolar*. 2009. – Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=626>. Acesso em: 27-06-2013.

COUTO, M. Que África escreve o escritor africano? In: _____. *Pensamentos*. Lisboa: Caminho, 2005.

CRUZ, Mariléia dos SANTOS. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FIGUEIRA, Vera Moreira. Preconceito racial na escola. In: NASCIMENTO, Elisa. *A África na escola brasileira*. Rio de Janeiro: Seafo, 1993.

GALVES, Charlotte. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Unicamp, 2006.

GARCIA, José Augusto Sampaio. *A courraça como currículo-oculto. Um estudo da relação entre a rotina escolar e o funcionamento encouraçado*. 2010. – Tese (doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F48%2F48134%2Ftde-28092010-094523%2Fpublico%2FJOSE_GUSTAVO_SAMPAIO_GARCIA.pdf&ei=njAcU9b4EvLQsQTYvoFg&usq=AFQjCNGpS-LP8Z_0i0Wr5GvZ97Llnkfn4g&bvm=bv.68911936,d.cWc>. Acesso em: 06-2013.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SOLIGO, Ângela Fatima. Educação das relações étnico-raciais: o desafio da formação docente. In: *Anais da 29ª Reunião da ANPED*. Caxambu: GT Afro-brasileiros e Educação, 2006.

KALEKI. *Anansi, o velho sábio*: Um conto Axânti recontado por Kaleki. Ilustrações de Jean-Claude Götting; tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2007.

KABWASA, N. O. O eterno retorno. *O Correio da UNESCO*, v. 10, n. 12, p. 14-15, dez. 1982.

LARKIN (Org.). A África na escola brasileira: Relatório do 1º Fórum Estadual sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública, junho de 1991. *Anais...* Brasília: Senado Federal, 1991, p. 28-41.

MACHADO Ana Maria. *Menina bonita do laço de fita*. São Paulo: Ática, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

NEIL, Gaiman. *Anansi, o velho sábio*. Campinas: Cia. das Letras, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROCHA, Ruth. *O amigo do rei*. São Paulo: Ática, 1999.

SANCHOTENE Mônica Urroz; NETO Vicente Molina. *Habitus* profissional, currículo oculto e cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de educação física. *Revista Pensar Prática*. UFG, v. 9, n. 2, p. 02-08, 2006.

SANT'ANNA, Wânia. *Marco conceitual do Projeto "Cor da Cultura"*. Brasília: Seppir, 2005.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (Coord.). *Apostila de poesia das cinco literaturas africanas e língua portuguesa*. Faculdade de Letras/ UFRJ, 2000.

SILVA, T. T. *O que produz e o que reproduz em educação*. Porto Alegre: Artmed, 1992.

_____. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.